



FUSAN

Fundação Sanepar de Previdência
e Assistência Social

REGULAMENTO
ENTES FEDERATIVOS
“VIVA MAIS MULTI PREFEITURAS”

SETEMBRO 2024

DE	PARA	Justificativa
<p>GLOSSÁRIO</p> <p>Assistido - Participante ou Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada previsto no Regulamento.</p>		
<p>Autopatrocínio - Instituto legal que faculta ao Participante a manutenção do pagamento de sua contribuição e a do Patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, de modo a permitir a percepção futura de benefícios nos níveis anteriormente previstos, observado o Regulamento.</p>		
<p>Beneficiário - Pessoa designada pelo Participante, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefícios em decorrência de seu falecimento.</p>		
<p>Benefício Proporcional Diferido - Instituto legal que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador, a interrupção de suas contribuições para o custeio do Benefício de Aposentadoria e da Parcela de Risco, optando por receber, em tempo futuro, um benefício quando do preenchimento dos requisitos exigidos.</p>		

<p>Cobertura por Sobrevivência – valor a ser pago ao Participante, na forma de renda ou pagamento único, em decorrência da sua sobrevivência ao fim do pagamento de um dos benefícios de prestação continuada, assegurado por contrato de seguro firmado entre a Entidade e sociedade seguradora.</p>		
<p>Conselho Deliberativo - É a instância máxima da Entidade, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto Social.</p>		
<p>Convênio de Adesão - Instrumento que formaliza a relação contratual entre os patrocinadores e a entidade fechada de previdência complementar, vinculando-os a um determinado plano de benefícios.</p>		
<p>Cota ou Cota patrimonial - Significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e sua variação corresponde a uma representação da rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.</p>		
<p>Diretoria-Executiva - Órgão responsável pela administração da Entidade e dos planos de benefícios, observada a política geral traçada pelo</p>		

Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social.		
Entidade ou EFPC – Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN.		
Extrato de desligamento - Documento fornecido pela Entidade ao Participante que se desliga do Patrocinador, com informações para subsidiar sua opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate.		
Fundo Administrativo - Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração do Plano.		
Índice do Plano – INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.		
Parcela de Risco – Valor contratado individualmente por Participante junto à sociedade seguradora, por meio da EFPC, limitado por este Regulamento, custeado paritariamente pelo Participante e pelo Patrocinador, destinado a compor a Conta de Assistido nos casos de morte e invalidez de Participante Ativo.	Parcela de Risco – Valor contratado individualmente por Participante junto à sociedade seguradora, por meio da EFPC, limitado por este Regulamento, custeado paritariamente pelo Participante e pelo Patrocinador, de acordo com a Lei Municipal , destinado a compor a Conta de Assistido nos casos de morte e invalidez de Participante Ativo.	Ajuste técnico. Melhoria de redação. Conceito vinculado ao artigo 16, inciso IV, deste Regulamento.

<p>Parcela Adicional de Risco: Valor contratado individualmente por Participante junto à sociedade seguradora, por meio da Entidade, custeado apenas pelo Participante, destinado a compor a Conta de Assistido nos casos de Morte ou Invalidez de Participante Ativo.</p>		
<p>Participante - Pessoa física que, na qualidade de servidor ou equiparado, adere ao Plano, nos termos e condições previstas no Regulamento.</p>		
<p>Patrocinador – O ente federativo e seus respectivos poderes regularmente constituídos que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.</p>		
<p>Plano ou Plano de Benefícios – Conjunto de direitos e obrigações reunidos no Regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos seus participantes e beneficiários, mediante a constituição de reservas decorrente de contribuições do Patrocinador e dos Participantes e pela rentabilidade dos investimentos.</p>		
<p>Plano de Custeio – Instrumento no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário para o custeio dos benefícios e das despesas administrativas do Plano.</p>		

<p>Portabilidade - Instituto legal que faculta ao Participante que se desligar do Patrocinador antes de entrar em gozo de benefício, optar por transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado no Plano para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.</p>		
<p>Regulamento do Plano ou Regulamento – Documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano.</p>		
<p>Resgate - Instituto legal que faculta ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento do Plano, nas condições previstas no Regulamento.</p>		
<p>Salário de Participação - Valor da remuneração ou subsídio do Participante sobre o qual incidem as contribuições ao Plano, conforme definido no Regulamento.</p>		
<p>Taxa de Administração - Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano.</p>		

<p>Taxa de Carregamento - Percentual incidente sobre o valor das contribuições e, se for o caso, sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano.</p>		
<p>Termo de Opção - Documento por meio do qual o Participante exerce opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas no Regulamento.</p>		
<p>Teto do RGPS – Valor correspondente ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.</p>		
<p>CAPÍTULO I - DA FINALIDADE</p>		
<p>Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano Viva Mais Multi Prefeituras para Entes Federativos, doravante denominado Plano, para os servidores do(s) Patrocinador(es), administrado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, doravante denominada Entidade.</p>		
<p>Parágrafo único. O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.</p>		

CAPÍTULO II - DOS MEMBROS		
Art. 2º São membros do Plano: I - o(s) Patrocinador (es); II - os Participantes; III - os Assistidos; e IV - os Beneficiários.		
Seção I Do Patrocinador		
Art. 3º Considera-se Patrocinador todo ente federativo e seus respectivos poderes regularmente constituídos que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.		
Seção II Dos Participantes e Assistidos		
Art. 4º Considera-se Participante a pessoa física enquadrada em uma das seguintes categorias:		
I - Participante Ativo: aquele que, na qualidade de servidor no Patrocinador, venha a aderir ao Plano e		

a ele permaneça vinculado, observadas as condições dispostas nos §§ 1º e 2º deste artigo;		
II - Participante Autopatrocinado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e		
III - Participante Vinculado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.		
§ 1º São Participantes Ativos Patrocinados os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS e que atendam pelo menos uma das seguintes condições:		
I – admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar; ou		
II – admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele venham a optar, conforme § 16 do artigo 40 da Constituição Federal.		

<p>§ 2º São Participantes Ativos Facultativos os servidores vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, e que atendam pelo menos uma das seguintes condições:</p>		
<p>I - admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja igual ou inferior ao Teto do RGPS;</p>		
<p>II - admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele não venham a optar; ou</p>		
<p>III – servidores públicos não ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador.</p>		
<p>§ 3º Os Participantes Ativos Facultativos não terão direito a contrapartida de contribuição do Patrocinador.</p>		
<p>Art. 5º Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada assegurado pelo Plano.</p>		
<p>Seção III</p>		

Dos Beneficiários		
Art. 6º - São Beneficiários as pessoas designadas pelo Participante ou Assistido inscritas no Plano de Benefícios, para fins de recebimento do Benefício por Morte do Participante ou Assistido.		
§ 1º O Participante deverá designar seus Beneficiários até o prazo de 60 dias da sua inscrição, mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado pela Entidade.	§ 1º O Participante deverá designar seus Beneficiários até o prazo de 60 dias da sua inscrição, mediante o preenchimento de formulário físico ou digital disponibilizado pela Entidade.	Ajuste técnico condizente com as melhores práticas de mercado.
§ 2º No caso de haver designação de mais de um Beneficiário, o Participante ou o Assistido deverá informar, por escrito, o percentual do rateio do benefício que caberá a cada um deles.	§ 2º No caso de haver designação de mais de um Beneficiário, o Participante ou o Assistido deverá informar, por meio físico ou digital , o percentual do rateio do benefício que caberá a cada um deles.	Ajuste técnico condizente com as melhores práticas de mercado.
§ 3º Não havendo indicação da proporcionalidade do rateio, este será feito em partes iguais aos Beneficiários designados.		
§ 4º O Participante ou o Assistido poderá, a qualquer tempo, alterar a relação de Beneficiários e o percentual do rateio do benefício mediante comunicação formal através de formulário próprio disponibilizado pela Entidade.		
Seção IV		

Da Inscrição		
Art. 7º A inscrição do Participante no Plano é imprescindível à obtenção de qualquer benefício ou direito a instituto por ele assegurado.		
Art. 8º A inscrição é facultativa e far-se-á mediante preenchimento de formulário fornecido pela Entidade, ressalvados os casos dos Participantes automaticamente inscritos, na forma da lei.		
§ 1º Os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo no Patrocinador, admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS, serão automaticamente inscritos no Plano desde a data de entrada em exercício.		
§ 2º Fica assegurado ao Participante o direito de requerer o cancelamento de sua inscrição processada automaticamente no prazo de até 90 (noventa) dias da data da inscrição, e a restituição de contribuições pessoais vertidas, atualizadas pela variação do Índice do Plano, a ser paga em até 60 (sessenta) dias contados da data do protocolo do pedido de cancelamento na Entidade.	§ 2º Fica assegurado ao Participante o direito de requerer o cancelamento de sua inscrição processada automaticamente no prazo de até 90 (noventa) dias da data da inscrição, e a restituição de contribuições pessoais vertidas, cujo valor será atualizado pela variação da cota do plano de benefícios , a ser paga em até 60 (sessenta) dias	Ajuste técnico. Aprimoramento de entendimento conceitual de planos CD (financeiros) desvinculando a inflação de quaisquer tipos de correção de saldos ou resgates (automático ou não-automático), que não expressem a variação patrimonial do plano, visando eliminar a possibilidade de desequilíbrio ou prejuízo ao plano,

	contados da data do protocolo do pedido de cancelamento na Entidade.	tornando-o mais seguro para os participantes e patrocinadores.
§ 3º A restituição das contribuições em virtude do cancelamento da inscrição prevista no § 2º deste artigo não caracteriza Resgate.		
§ 4º As contribuições realizadas pelo Patrocinador serão restituídas à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo e condições previstos no § 2º deste artigo.		
Art. 9º No ato da inscrição será disponibilizado ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano, por meio físico ou digital.		
Parágrafo único. O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade aos benefícios; e III - as formas de cálculo dos benefícios.		

<p>Seção V</p> <p>Do Cancelamento da Inscrição</p>		
<p>Art. 10. Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que:</p> <p>I - requerer;</p> <p>II - falecer;</p> <p>III - deixar de pagar 3 (três) contribuições básicas consecutivas ou 6 (seis) alternadas no período de vinte e quatro meses; ou</p> <p>IV - desligar-se do Patrocinador, ressalvada a opção pelos institutos do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido.</p>		
<p>Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o cancelamento da inscrição será precedido de notificação, que concederá 60 dias de prazo para o Participante regularizar sua situação junto ao Plano.</p>		
<p>Art. 11. Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no</p>		

cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação.		
Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I e III do artigo 10, o Participante fará jus ao instituto do Resgate.	Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I e III do artigo 10, o Participante fará jus ao instituto do Resgate de que trata a Seção IV do Capítulo IX.	Ajuste técnico. Melhoria de redação.
CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS		
<p>Art. 12. Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:</p> <p>I - Contribuição dos Participantes;</p> <p>II - Contribuição do(s) Patrocinador(es);</p> <p>III - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;</p> <p>IV - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e</p> <p>V - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.</p>		

<p>Art. 13. O custeio do Plano será estabelecido considerando os percentuais aplicáveis sobre o Salário de Participação nas condições e nos limites previstos no Plano de Custeio Anual e na legislação vigente.</p>		
<p>§ 1º Entende-se por Salário de Participação:</p> <p>I - para o Participante Ativo Patrocinado, a parcela de sua remuneração ou subsídio que exceder o teto do RGPS;</p> <p>II - para o Participante Ativo Facultativo, o valor da remuneração ou do subsídio do Participante; ou</p> <p>III - para o Assistido, a renda mensal que lhe for assegurada por força deste Regulamento.</p>		
<p>§ 2º O Salário de Participação, acrescido do teto do RGPS, não poderá exceder o limite que dispõe o inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.</p>		
<p>Art. 14. O Salário de Participação do Participante vinculado a dois ou mais Patrocinadores será a soma dos salários recebidos de cada uma delas, observado o disposto no § 2º do artigo 13.</p>		
<p>Art. 15. O Salário de Participação do Participante Autopatrocinado e do Participante Vinculado será o</p>		

<p>mesmo do mês imediatamente anterior ao da perda do vínculo com o Patrocinador ou da perda da remuneração, atualizado no mês de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do Índice do Plano.</p>		
<p>CAPÍTULO IV - DAS CONTRIBUIÇÕES</p>		
<p>Art. 16. O Participante contribuirá para o Plano por meio de:</p>		
<p>I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, com alíquota por ele fixada na data de inscrição no Plano, em percentual compreendido entre 1% (um por cento) e 8,5% (oito e meio por cento) do Salário de Participação do Participante, ou pelo limite estabelecido na Lei Municipal, prevalecendo o limite do Ente Federativo, com intervalos mínimos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);</p>		
<p>II - Contribuição Adicional: mensal e facultativa, determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante, desde que não inferior a 1% (um por cento), incidente sobre o Salário de Participação;</p>		

<p>III - Contribuição Voluntária: esporádica e facultativa, de valor livremente escolhido pelo Participante;</p>		
<p>IV – Contribuição de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio desde que não seja vedado a contraparte patronal através de dispositivos na Lei Municipal do Ente Federativo; e</p>		
<p>V – Contribuição Adicional de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela Adicional de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio.</p>		
<p>§ 1º Observados os limites fixados no Regulamento, o Participante poderá alterar os percentuais de Contribuição Básica e Adicional, no mês de setembro de cada ano, aplicando-se o novo percentual a partir do mês de janeiro do ano subsequente, mediante solicitação à Entidade.</p>		

<p>§ 2º O Participante deverá solicitar formalmente à Entidade o aporte das contribuições de caráter facultativo.</p>		
<p>Art. 17. O Patrocinador contribuirá para o Plano por meio de:</p>		
<p>I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, de valor equivalente à Contribuição Básica do Participante; e</p>		
<p>II - Contribuição de Risco: mensal e obrigatória, de valor equivalente à Contribuição de Risco do Participante desde que não seja vedado a contraparte patronal através de dispositivos na Lei Municipal do Ente Federativo.</p>		
<p>§ 1º As contribuições do Patrocinador em favor do Participante cessam automaticamente a partir da data do encerramento do vínculo funcional do servidor com o Patrocinador ou do cancelamento de sua inscrição no Plano.</p>		
<p>§ 2º O valor da Contribuição Básica acrescida, quando for o caso, da Contribuição de Risco do Patrocinador, em hipótese alguma, excederá à Contribuição Básica, acrescida da Contribuição de Risco do Participante, e estará limitado a 8,5% (oito</p>	<p>§ 2º O valor da Contribuição Básica acrescida, quando for o caso, da Contribuição de Risco do Patrocinador, em hipótese alguma, excederá à Contribuição Básica, acrescida da Contribuição de Risco do Participante, e estará limitado a 8,5% (oito</p>	<p>Ajuste técnico visando o cumprimento da Lei Municipal, quando houver estabelecimento de critérios específicos do Ente Federativo.</p>

<p>e meio por cento) do Salário de Participação de cada Participante.</p>	<p>e meio por cento) do Salário de Participação de cada Participante ou do percentual de contribuição definido pela Lei Municipal.</p>	
<p>§ 3º Não haverá qualquer contribuição do Patrocinador em nome do Participante em licença não remunerada, do Participante Ativo Facultativo, do Participante Vinculado e do Participante Autopatrocinado, ressalvado o caso deste último, se decorrente de perda parcial de remuneração, para o qual haverá contrapartida de Contribuição Básica e Contribuição de Risco do Patrocinador sobre parcela do Salário de Participação efetivamente recebida.</p>		
<p>Art. 18. O Patrocinador deverá recolher as contribuições mensais de sua responsabilidade à Entidade juntamente com as contribuições retidas dos Participantes, constantes da folha de pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência.</p>		
<p>§ 1º As contribuições dos Participantes Autopatrocinados e dos Vinculados deverão ser por eles recolhidas no mesmo prazo, diretamente à Entidade. § 2º A inobservância do prazo disposto</p>		

<p>no caput deste artigo sujeita o responsável pelo recolhimento ao pagamento do valor correspondente a sua obrigação, atualizado pela variação da cota patrimonial do Plano no período compreendido entre a data devida para o recolhimento das contribuições e a data do efetivo pagamento, além da incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido das referidas contribuições em atraso.</p>		
<p>§ 3º As contribuições devidamente atualizadas a que se referem o § 2º deste artigo serão destinadas de acordo com sua finalidade e o valor da multa para o Fundo Administrativo.</p>		
<p>Art. 19. O Participante em licença não remunerada poderá, mediante requerimento, suspender o aporte da Contribuição Básica, da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco, caso tenha optado, para o Plano por no máximo 12 (doze) meses ininterruptos ou não, no período de 60 (sessenta) meses, sem prejuízo da manutenção de sua inscrição.</p>		
<p>§1º Durante o período de suspensão de que trata o caput deste artigo, o Participante compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de</p>		

<p>Taxa de Administração mencionada no Parágrafo único do art. 20 ou por meio de Taxa de Administração específica, incidente sobre o Saldo Total apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente no Plano de Custeio, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos nos termos da legislação aplicável.</p>		
<p>§ 2º Durante o período de suspensão da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco também ficarão suspensas as coberturas de risco contratadas.</p>		
<p>CAPÍTULO V - DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</p> <p>Art. 20. As despesas administrativas, relacionadas com a gestão do Plano, poderão ser custeadas por:</p> <p>I - Contribuições dos Participantes e Assistidos;</p> <p>II - Contribuições do(s) Patrocinador(es);</p> <p>III - Taxa de Administração;</p> <p>IV - Receitas Administrativas;</p>		

<p>V - Fundo Administrativo; e</p> <p>VI – Doações, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.</p>		
<p>Parágrafo único. O Conselho Deliberativo da Entidade, a partir de proposta fundamentada pela Diretoria Executiva, definirá anualmente a Taxa de Administração e a Taxa de Carregamento, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente, e observarão a paridade em relação ao custeio administrativo.</p>		
<p>CAPÍTULO VI - DAS CONTAS</p> <p>Art. 21. Os recursos previstos no Capítulo IV, exceto os destinados ao custeio administrativo e as contribuições de risco e contribuições da parcela adicional de risco serão transformados em cotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta de Participante, a Conta de Patrocinador e a Conta de Portabilidade, para cada Participante.</p>		
<p>§ 1º A Conta de Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica, da Contribuição Adicional, da Contribuição Voluntária,</p>		

aportadas pelo Participante, descontada a Taxa de Carregamento, e dos retornos dos investimentos.		
§ 2º A Conta de Patrocinador será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica de Patrocinador, descontada a Taxa de Carregamento, e dos retornos dos investimentos.		
§ 3º A Conta de Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregada em subconta de entidade aberta e subconta de entidade fechada, de acordo com sua origem.	§ 3º A Conta de Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregada em subconta de entidade aberta e subconta de entidade fechada, e segregando entre contribuições de participante e de patrocinadora, de acordo com sua origem.	Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 10.
§ 4º A soma dos saldos da Conta de Participante, da Conta de Patrocinador e da Conta de Portabilidade constituirão o Saldo Total.		
§ 5º A Conta de Assistido será constituída pela transferência do Saldo Total, adicionado de eventual Parcela de Risco ou de Parcela Adicional de Risco, por ocasião da concessão do Benefício de Aposentadoria, do Benefício por Invalidez ou do Benefício por Morte do Participante ou Assistido.		

<p>Art. 22. As cotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data de início de vigência do Regulamento.</p>		
<p>Parágrafo único. O valor da cota será determinado mensalmente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada pela rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.</p>	<p>Parágrafo único. O valor da cota será determinado diariamente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada pela rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.</p>	<p>Ajuste técnico para otimizar a correção dos saldos dos participantes e assistidos em função do retorno da carteira de investimento com as melhores práticas de mercado.</p>
<p>Art. 23. A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em cotas.</p>		
<p>CAPÍTULO VII - DOS BENEFÍCIOS Seção I – Do Benefício de Aposentadoria</p>		
<p>Art. 24. O Benefício de Aposentadoria será concedido ao Participante que o requerer, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I - estar em gozo do benefício de aposentadoria concedido pelo regime de previdência do ente federativo a que estiver vinculado;</p> <p>II – ter realizado no mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano; e</p>		

<p>III - cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.</p> <p>§ 1º O benefício de que trata o caput, em relação aos Autopatrocinados e aos Vinculados, será devido a partir da data em que se tornaria elegível caso mantivesse a sua inscrição no Plano na condição anterior à opção pelo instituto.</p>		
<p>§ 2º O Benefício de Aposentadoria será devido a partir da data do protocolo do requerimento pelo Participante na Entidade.</p>		
<p>Art. 25. No momento do requerimento do benefício, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do Saldo Total em pagamento único, sendo o valor restante transferido para a Conta de Assistido.</p>		
<p>Parágrafo único. É facultado ainda ao Participante, na data da concessão de benefício, a opção pela contratação da cobertura por sobrevivência, observado o limite máximo definido pelo Conselho Deliberativo, que deve ser assegurada por sociedade seguradora emitente da apólice de seguro contratada pela Entidade na forma do disposto no capítulo VIII.</p>		

<p>Art. 26. O Benefício de Aposentadoria será calculado com base no saldo da Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, dentre as opções adiante descritas:</p>		
<p>I - Renda por percentual do saldo de conta - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,1% e 1,5%, a critério do Participante, sobre o saldo de Conta de Assistido, com variação em intervalos de 0,2%, a ser paga enquanto houver saldo; ou</p>		
<p>II - Renda em cotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo de no mínimo 60 (sessenta) meses, a critério do Participante.</p>		
<p>§ 1º O percentual de que trata o inciso I do caput deste artigo, utilizado para o cálculo do benefício inicial e dos benefícios subsequentes, deverá assegurar o pagamento do benefício no prazo mínimo total de 60 (sessenta) meses, contados da data de início do benefício.</p>		

<p>§ 2º O valor do benefício mensal será calculado considerando o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior ao de sua competência.</p>		
<p>§ 3º Após a concessão do benefício, mediante requerimento, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de maio de cada ano, para vigorar a partir do exercício seguinte, observado o prazo mínimo total de 60 (sessenta) meses de pagamento do benefício, contados da data de início do benefício.</p>		
<p>§ 4º Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo do Benefício de Aposentadoria em vigor será mantido no exercício seguinte.</p>		
<p>§ 5º Na data da concessão do benefício o Participante poderá optar formalmente pelo recebimento de Abono Anual no mês de dezembro, podendo rever sua opção no mês a que se refere o § 3º deste artigo.</p>		

<p>§ 6º O valor do Abono Anual, caso o participante tenha optado, será equivalente ao valor do Benefício de Aposentadoria do mês de dezembro.</p>		
<p>Art. 27. Ressalvado o primeiro ano de concessão, o Benefício de Aposentadoria será composto por 12 (doze) parcelas a cada ano, pagas pela Entidade até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.</p>		
<p>Art. 28. Se, a qualquer momento, o Benefício de Aposentadoria resultar em valor inferior a R\$ 205,39 (duzentos e cinco reais e trinta e nove centavos), correspondente a Unidade Previdenciária Fusan, com atualização anual no mês de agosto pelo índice do Plano, o saldo remanescente da Conta de Assistido será pago à vista em parcela única.</p>		
<p>§ 1º Observados os limites definidos nos incisos I e II e no § 1º do artigo 26, o Assistido poderá alterar o percentual ou o prazo, conforme o caso, a fim de que a renda resulte em valor superior ao limite previsto no caput.</p>		
<p>§ 2º O esgotamento do saldo da Conta de Assistido implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante</p>		

e seus Beneficiários, salvo se o participante contratou cobertura por sobrevivência.		
Art. 29. O Benefício de Aposentadoria se extingue: I - com a morte do Assistido; ou II - findo o saldo da Conta de Assistido, inclusive nas hipóteses de pagamento único.		
Parágrafo único. Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência de Beneficiários, o saldo remanescente da Conta de Assistido será pago aos herdeiros mediante a apresentação de documento pertinente.		
Seção II - Do Benefício por Invalidez		
Art. 30. Ocorrendo a invalidez do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou Vinculado, o Participante fará jus ao Benefício por Invalidez, calculado com base no saldo da Conta de Assistido, em uma das formas previstas no artigo 26.		
§ 1º Para o recebimento do Benefício por Invalidez o Participante deverá comprovar a invalidez mediante comprovação da concessão do benefício de aposentadoria por invalidez junto ao regime de		

<p>previdência social a que estiver vinculado ou, na falta de vinculação a regime previdenciário, emitido por corpo médico indicado pela Entidade.</p>		
<p>§ 2º Na eventualidade da ocorrência de invalidez do Participante que tenha optado pela Parcela de Risco e ou Parcela Adicional de Risco, será adicionada ao saldo da Conta de Assistido a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade.</p>		
<p>Seção III – Do Benefício por Morte do Participante ou Assistido</p>		
<p>Art. 31. Ocorrendo o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado, Vinculado ou Assistido, seus Beneficiários farão jus ao Benefício por Morte do Participante ou Assistido, calculado com base no saldo da Conta de Assistido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º, em uma das formas previstas no artigo 26.</p>		
<p>§ 1º Ocorrendo o falecimento de Participante sem Beneficiários, o saldo existente na Conta de Assistido será pago aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação de documento pertinente.</p>		

<p>§ 2º Na eventualidade da ocorrência de morte do Participante que tenha optado pela Parcela de Risco e ou Parcela Adicional de Risco, será adicionada ao saldo da Conta de Participante a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade.</p>		
<p>CAPÍTULO VIII - DA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA</p>		
<p>Art. 32. As coberturas da Parcela de Risco, da Parcela Adicional de Risco ou da cobertura por Sobrevivência são condicionadas a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora.</p>		
<p>§ 1º A Entidade, ao celebrar contrato com a sociedade seguradora, nos termos da legislação vigente, assumirá a condição de representante legal dos Participantes.</p>		
<p>§ 2º As condições de contratação, carência, vigência, renovação e eventual suspensão ou cancelamento de Parcela de Risco e de Parcela Adicional de Risco deverão estar disciplinados no contrato firmado entre a Entidade e a sociedade seguradora ou resseguradora.</p>		

<p>§ 3º A cobertura da Parcela de Risco será limitada ao resultado da multiplicação do valor da contribuição vigente na data da contratação ou renovação pelo número de meses necessários até a data de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria.</p>		
<p>§ 4º Os Participantes Facultativos, os Participantes Autopatrocinados e os Participantes Vinculados poderão optar somente pela Parcela Adicional de Risco.</p>		
<p>CAPÍTULO IX - DOS INSTITUTOS LEGAIS</p> <p>Seção I</p> <p>Autopatrocínio</p>		
<p>Art. 33. É facultado ao Participante manter o valor de suas contribuições e as correspondentes devidas pelo Patrocinador em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios previstos no Regulamento nos níveis correspondentes àquela remuneração, mediante opção pelo Autopatrocínio assumindo a condição de Participante Autopatrocinado.</p>		

<p>§ 1º A cessação do vínculo funcional com o Patrocinador será entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.</p>		
<p>§ 2º A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.</p>		
<p>§ 3º É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o percentual de contribuição, mediante requerimento por escrito, observada a periodicidade estabelecida no § 1º do artigo 16 e os limites fixados neste Regulamento.</p>		
<p>§ 4º Após o desconto dos custos das despesas administrativas e da Contribuição Adicional de Risco, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante Autopatrocinado será alocada na Conta de Participante.</p>		
<p>Seção II Benefício Proporcional Diferido</p>		
<p>Art. 34. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, antes de preencher as condições exigidas para recebimento do Benefício de Aposentadoria, e tiver pelo menos 3</p>		

(três) meses de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido assumindo a condição de Participante Vinculado.		
Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.	Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade, Resgate ou pelo Autopatrocínio, se não estiver em gozo de benefício.	Obrigações legais. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 3º.
Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação do aporte da Contribuição Básica de Participante e de Patrocinador para o Plano.		
§ 1º O Participante Vinculado compartilhará o custeio das despesas administrativas nos termos do parágrafo 1º do artigo 20.	§ 1º O Participante Vinculado compartilhará o custeio das despesas administrativas nos termos do parágrafo único do artigo 20.	Ajuste técnico. Correção de remissão. Não existe parágrafo 1º no artigo 20.
§ 2º Ao Participante Vinculado será facultado o aporte de Contribuições Voluntárias e da Contribuição Adicional de Risco.		
	§ 3º Os Participantes Vinculados acessarão os benefícios do Plano na forma Capítulo VII deste Regulamento.	Obrigações legais. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 7º, § 1º.
Seção III		

Portabilidade		
Art. 36. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, desde que tenha pelo menos 3 (três) meses de vinculação ao Plano, não esteja em gozo do Benefício de Aposentadoria e não tenha optado pelo Resgate, poderá optar pela Portabilidade.		
Parágrafo único. A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.		
Art. 37. O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o Saldo Total para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.		
Parágrafo único. O Saldo Total será apurado de acordo com o valor da cota patrimonial do último dia do mês imediatamente anterior à data da efetiva transferência.	§ 1º O Saldo Total será apurado de acordo com o valor da cota patrimonial do último dia do mês imediatamente anterior à data da efetiva transferência.	Ajuste técnico. Renumeração de parágrafo.
	§ 2º A Entidade deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive	Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 15.

	valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.	
Art. 38. A opção pela Portabilidade será formalizada pela assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.		
§ 1º A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.		
§ 2º Os recursos portados pelo Participante para este Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.		
	§ 3º Poderão ser recepcionados recursos oriundos de portabilidade durante a fase de concessão de benefícios, os quais somar-se-ão ao Saldo Total do Assistido.	Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 10, § 3º.
Art. 39. A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos em vigor que trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios de caráter previdenciário administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, por Entidades Abertas de		

Previdência Complementar – EAPC ou por sociedade seguradora, conforme o caso.		
Art. 40. Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Patrocinador.		
Seção IV Resgate		
Art. 41. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, não estiver em gozo de Benefício de Aposentadoria e não optar pelos institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido ou da Portabilidade terá direito ao Resgate.	Art. 41. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, não estiver em gozo de Benefício de Aposentadoria neste plano de benefícios e não optar pelos institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido ou da Portabilidade terá direito ao Resgate.	Ajuste técnico. Aprimoramento do entendimento do texto. Dissipação de eventuais dúvidas.
	Parágrafo único. O rompimento de vínculo funcional com o Patrocinador decorrente de aposentadoria por incapacidade permanente ou invalidez do participante, assegurará a este a opção pelo pagamento do resgate integral independentemente do cumprimento de carência,	Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 17, § 5º.

	observadas as demais condições previstas no regulamento do plano.																							
Art. 42. O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinador, conforme tabela a seguir, e será pago de acordo com o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de contribuição para o Plano</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 1 ano</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Entre 1 ano a 2 anos</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Entre 2 anos a 3 anos</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Entre 3 anos a 4 anos</td> <td>40%</td> </tr> <tr> <td>Entre 4 anos a 5 anos</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>Entre 5 anos a 6 anos</td> <td>60%</td> </tr> <tr> <td>Entre 6 anos a 7 anos</td> <td>70%</td> </tr> <tr> <td>Entre 7 anos a 8 anos</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Entre 8 anos a 9 anos</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>Acima de 9 anos</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de contribuição para o Plano	%	Até 1 ano	10%	Entre 1 ano a 2 anos	20%	Entre 2 anos a 3 anos	30%	Entre 3 anos a 4 anos	40%	Entre 4 anos a 5 anos	50%	Entre 5 anos a 6 anos	60%	Entre 6 anos a 7 anos	70%	Entre 7 anos a 8 anos	80%	Entre 8 anos a 9 anos	90%	Acima de 9 anos	100%		
Tempo de contribuição para o Plano	%																							
Até 1 ano	10%																							
Entre 1 ano a 2 anos	20%																							
Entre 2 anos a 3 anos	30%																							
Entre 3 anos a 4 anos	40%																							
Entre 4 anos a 5 anos	50%																							
Entre 5 anos a 6 anos	60%																							
Entre 6 anos a 7 anos	70%																							
Entre 7 anos a 8 anos	80%																							
Entre 8 anos a 9 anos	90%																							
Acima de 9 anos	100%																							
Art. 43. O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da	Art. 43. O pagamento do Resgate será efetuado, por opção do participante:	Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 21, inciso I e II.																						

<p>formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível.</p>	<p>I – em parcela única, a ser quitada até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção, com possibilidade de diferimento em até 90 (noventa) dias, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível; ou</p> <p>II - em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível.</p>	
<p>§ 1º Na hipótese de opção pelo parcelamento do Resgate e de falecimento do Participante antes do final do prazo de pagamento, o valor remanescente devido será pago em parcela única aos respectivos Beneficiários ou, na ausência, aos herdeiros legais.</p>		
<p>§ 2º O pagamento único ou o da última parcela do valor do Resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e a seus Beneficiários.</p>		
<p>§ 3º Observado o disposto no § 1º deste artigo, a restituição do saldo da subconta de entidade fechada da Conta de Portabilidade deverá ser efetivada por meio de portabilidade para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.</p>	<p>§ 3º Observado o disposto no § 1º deste artigo, a restituição do saldo da subconta de entidade fechada da Conta de Portabilidade poderá:</p> <p>I – ser portado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano; ou</p>	<p>Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 18, inciso II.</p>

	<p>II – ser resgatado após cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador.</p>	
	<p>§ 4º Da parcela de recursos não resgatada pela vedação trazida na alínea II do § 3º deste artigo, o participante poderá:</p> <p>I - Transformar em benefício previdenciário após cumprimento de carência prevista neste regulamento, ou;</p> <p>II - Optar pelo instituto de benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, ou;</p> <p>III - Portar para outro plano de benefícios de caráter previdenciário.</p>	<p>Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 18, inciso II.</p>
	<p>§ 5º Observado o disposto no § 1º deste artigo, o saldo existente na Conta de Portabilidade de entidade aberta ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios poderá ser resgatado.</p>	<p>Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 18, inciso I.</p>
	<p>§ 6º A Entidade deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser resgatado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.</p>	<p>Obrigação legal. Resolução CNPC nº 50/2022, art. 19, § 7º.</p>

Seção V		
Das disposições comuns aos Institutos		
Art. 45. Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que cessar o vínculo funcional com o Patrocinador um extrato para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo funcional ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.		
Art. 46. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, e observados os prazos regulamentares para eventual contestação das informações constantes do extrato, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.		
Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa, o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas no Regulamento.		
CAPÍTULO X		

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS		
Art. 47. A Entidade disponibilizará informações cuja divulgação esteja prevista na legislação, sem prejuízo da divulgação de outros informes.		
Art. 48. Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o Participante mantiver sua inscrição como vinculado será computado como tempo de contribuição ao Plano.		
Art. 49. Verificado erro no cálculo dos benefícios a Entidade fará revisão do benefício por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta de Assistido e a forma de pagamento escolhida.		
Art. 50. Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, o benefício será pago ao seu representante legal.		
Art. 51. É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.		
Art. 52. Este Regulamento somente poderá ser alterado mediante aprovação do órgão estatutário da Entidade e da autoridade governamental competente.		

<p>Art. 53. Os recursos remanescentes verificados na Conta de Patrocinador, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de benefícios, de Portabilidade ou de Resgate, serão destinados à constituição de um fundo previdencial e será utilizado pelo Patrocinador como fonte de recursos para aporte futuro da respectiva Contribuição Básica ou Contribuição de Risco, conforme definido pelo órgão estatutário competente da Entidade.</p>		
<p>Art. 54. Sem prejuízo dos benefícios, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.</p>		
<p>Art. 55. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Deliberativo da Entidade.</p>		